

DOI: 10.17058/redes.v20i3.3944

CIDADE E CAPITALISMO CENTRAIS EM TEMPO DE “GLOBALIZAÇÃO” – UMA CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA BARBÁRIE URBANA EM PROCESSO

CITY AND CENTRAL CAPITALISM IN GLOBALIZATION'S TIME – A CRITICAL CONTRIBUTION OF THE URBAN BARBARITY IN PROCESS

Jorge Luiz Alves Natal

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Eduardo Navarro Stotz

Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Resumo: A cidade dos países centrais na atual contemporaneidade capitalista é o foco deste artigo. Inicialmente, ele examina a potencialidade histórica do fenômeno social em tela para efeito da existência humana, contrastando-a em seguida com a sua ampla apropriação pelo capital (e sua lógica) nos últimos 250 anos. Depois, à luz das três grandes revoluções científicas e tecnológicas que demarcam a história capitalista, o artigo examina o mesmo fenômeno social, a cidade do capital, destacando a da última dessas revoluções. Na terceira parte, são resgatadas elaborações de intelectuais orgânicos da burguesia acerca desta última cidade, como as que lhe são contrapostas – que desvelam a barbárie urbana em processo. Finalmente, são sumarizadas as conclusões do trabalho e, face o porte e a natureza da presente crise urbana, apontada a necessidade de uma reflexão que articule *políticas públicas, escalas de análise e planejamento insurgente em sua interação cidadina*.

Palavras-chaves: Barbárie Urbana. Países Centrais. Globalização.

Abstract: The main goal of this paper concern the central economies urban spaces issues on the capitalism contemporaneity. First of all, we related the historic potentiality of this social phenomenon in terms of the human existence and contrasting subsequently with the growing capital's appropriation in the last 250 years. The article also reviews this social phenomenon, the capitalist city, under the three main scientific and technological revolutions in the capitalism history. In the third part we face the main reflections by some of the great bourgeoisie's intellectuals with the capital city and his urban barbarity process. Lastly, this paper ends by showing our

conclusions and indicates a need for reflections that can articulate *public policies, different analyze scales and insurgent planning on his urban citizenship interaction.*

Key words: Urban Barbarity. Central Countries. Globalization.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho examina o fenômeno cidade considerando-o no âmbito dos países do centro mundial e em sua imbricação com as macrotransformações capitalistas em curso. Para esse fim, três aspectos da realidade devem ser considerados: (a) que o modo de organização da vida social capitalista se encontra em uma nova etapa do seu desenvolvimento histórico desde aproximadamente meados dos anos 1970 (Harvey 1996); (b) que as transformações que definem essa nova etapa impõem o exame das suas expressões ao nível dos países centrais¹; e (c) por último, que para tal as cidades dos anotados países assumem total centralidade analítica, até porque elas se constituem no espaço por excelência do desenvolvimento da civilização do capital – desde o seu nascedouro.

Assim sendo, pode-se dizer raro, raríssimo mesmo, fenômeno societário que possa ser desvelado à margem das indicadas e disseminadas modificações radicais em curso (Harvey 1996). Tão importante quanto: elas problematizam a adoção de políticas públicas orientadas para o bem comum; ou seja: daquelas que se furtam ao “mainstream”, e.g., ao discurso hegemônico (Arantes, Vainer e Maricato 2000) de que o mercado é *A Solução*. Apenas como apontamento, anote-se a convicção dos autores de que esse temário está imbricado com a dominação obtida por dadas frações de classe, principalmente das que operam nos chamados mercados financeiro–especulativos, assim como com a extraordinária apropriação privada do Estado, com o apoio incondicional das grandes empresas privadas de comunicação e com o notório desprezo das elites mundiais para com os interesses das maiorias populacionais – e tudo isso legitimado pela hegemonia do neoliberalismo (Chomsky 2000; Harvey 2008).

¹ E por três razões principais: b.1– precedência histórica, por serem eles e neles que essas transformações têm partida e rebatimentos iniciais; b.2– importância, sob qualquer que seja a perspectiva considerada – produtiva, financeira, etc.; e b.3– enorme capacidade de arrasto ao nível da escala–mundo.

Evidentemente, fatos e processos como os assinalados impõem aos intelectuais críticos avançar suas reflexões e mesmo formular proposições de sorte a pelo menos tentar conter a barbárie antes sugerida. Logo, ir à raiz dessa *démarche* é preciso; ou seja, é preciso ser insurgente tanto no sentido do necessário contencioso ideológico quanto no da elaboração de reflexões que possam contribuir com as práxis dos atores sociais efetivamente interessados na mudança do atual “*status quo*”. Afinal, como alguém já disse há muitos anos, com carradas de razão, transcender à interpretação do mundo (também) é preciso!

É desse modo que em perspectiva teórica, lógico-genética² e histórica examinar-se-á, inicialmente, o sentido mais geral das cidades (e da urbanização), como também suas especificidades capitalistas, a saber: de um lado, enquanto espaços que singularizam e potencializam a existência humana e, de outro, enquanto concreções sociais em disputa que, especialmente na atual etapa do desenvolvimento capitalista, são sistemática e brutalmente apropriadas pelo capital, denegando assim as positivities apontadas. Em seguida, serão examinados os significados das incontestes transformações urbanas verificadas no bojo das três revoluções científicas e tecnológicas que demarcam as macro-periodizações históricas da ordem em exame, sublinhando-se aí – como indicado – as especificidades que elas enunciam na atual etapa da internacionalização capitalista. No terceiro movimento analítico, será resgatada parcela do debate atinente ao papel conferido às cidades contemporâneas centrais pelos intelectuais orgânicos da burguesia³

² Vide a respeito à discussão proposta por Marx em sua famosa Introdução dos Elementos Fundamentais de 1857-58 (1978).

³ Esta expressão está aqui sendo tomada de Gramsci (1968), apontando para aqueles que defendem soluções de mercado para as cidades, no caso, as contemporâneas dos países centrais. Acerca desses intelectuais, especialmente sobre as suas propostas, vide em particular a Seção III. Vale aqui uma adição: este artigo, como o leitor já percebeu é orientado pela perspectiva marxista, daí a ociosidade de explicitá-la no corpo do texto, sublinhando-se a dimensão classial do modo de produção em tela, o capitalista, e sua imanente lógica de funcionamento (a da valorização dos capitais aplicados). Vale adicionar, por fim, que essa escolha teórico-metodológica deriva do entendimento dos autores que deve sempre existir efetiva compatibilidade entre objeto e método, e que sem as duas dimensões nucleares supramencionadas essa mesma compatibilidade deixa de existir; ou seja, que não se pode excluir da análise o

acerca do tema, como também, criticamente, suas reais expressões econômicas, sociais, políticas, culturais e espaciais. Por último, serão sumarizadas as principais conclusões deste artigo e muito sucintamente, face o porte e a natureza da crise urbana, considerada a necessária reflexão acerca do trinômio políticas públicas, escalas de análise e planejamento insurgente em sua interação cidadina (*À guisa de conclusão*).

2 Cidade, urbanização e capitalismo – uma breve análise histórica, teórica e lógico-genética

Há indicações que o surgimento das primeiras aglomerações humanas ocorreu por volta de 9 mil a 5 mil anos a.C. (Damasco, Jericó, Biblos, Susa, Alepo etc.). Entretanto, essas mesmas indicações afiançam que elas apenas assumiram formas mais desenvolvidas entre os anos 5 mil a 3 mil a.C. (Sidon, Plovidiv, Gaziantep, Aleppo, Medina, Beirute, etc.)⁴. Todavia, é preciso reconhecer que foi somente com a chamada Antiguidade Clássica (por volta do século VI a.C.), ou seja, com a criação, dentre outras cidades, de Atenas, Mileto e Roma⁵, que tal fenômeno é ensaiado enquanto questão teórica – vide a respeito desenvolvimentos analíticos constantes desta e da próxima seção. Mas o que era a cidade de Roma, sobretudo nos primeiros cinco séculos d.C., aqui considerada como signo de uma era da história humana? Em resumo, tratava-se de uma sociedade fundada em relações de classes (escravos e cidadãos, etc.) na qual existiam: a) importante divisão social do trabalho; b) claro estabelecimento de dada estrutura de poder, no caso, o imperial; c) expressivo adensamento populacional em dados limites territoriais; d) lutas expansionistas para fins de sustentação do poder e das sociabilidades que lhes eram próprias, destacando-se aí as lutas de domínio territorial e de anexação populacional sob a égide do escravismo; e) notáveis relações externas, notadamente as de dominação, concernentes aos limites territoriais mencionados; e, f)

que lhe é constitutivo sem desqualificar o anotado objeto, daí a rejeição a outras possibilidades teórico-metodológicas.

⁴ A esse respeito, vide especialmente Fustel de Coulanges (2009). Para maiores informações, consultar a rede mundial e computadores, digitando *as cidades mais antigas do mundo*.

⁵ Vide a respeito Gaarder (1995) e Coletivo de Autores (2011).

extraordinários avanços em termos de trocas econômicas e crescente presença de equivalentes universais – leia-se, de coisas que operavam enquanto proto-dinheiros.

Destarte, o que foi sustado com o esgotamento do Império Romano no século V, quando de sua dissolução, não foi somente a forma urbana no sentido de simples ajuntamento humano em dado domínio territorial, e sim o conjunto de relações sociais que lhe dava sentido como uma datada e geograficamente localizada conformação societária. Mais precisamente: seja no que ela tinha de comum a toda e qualquer sociedade de classes (a saber: uma dada divisão social do trabalho e uma estrutura de poder bem definidas) seja no que ela tinha de específico... como segue.

Com a queda do Império Romano, outra forma de organização da vida social também assentada em classes sociais se instaura, a Feudal (Marx e Engels 1980). E nela, durante toda a sua existência (dos séculos V a XV), lá estavam presentes mais uma vez dada divisão social do trabalho e estrutura de poder. Mas o que a distinguiu⁶ em relação ao modo de produção precedente (chamemo-lo de escravista clássico)? Os outros quatro aspectos registrados em parágrafo anterior; a saber: 1) em lugar da expansão e concentração populacional, sua retração e dispersão; 2) em lugar do expansionismo territorial e de capturas populacionais a serem colocadas a jugo, o seu reverso – ou seja, avanços populacionais do tipo vegetativo encapsulados nos seus limites territoriais (do feudo); 3) em lugar da abertura em leque de contatos com o mundo externo, o isolamento da vida social própria dos feudos; e, 4) em lugar do significativo grau de mercantilização do modo de produção anterior, sua retração, passando a prevalecer, quando havia trocas, apenas o sistema do escambo na medida em que o período feudal era marcado pela produção para o autoconsumo.

Nesses termos, uma questão sobressaía: dentre os quatro elementos que distinguem o escravismo clássico do feudalismo algum deles teria precedência teórico-explicativa sobre os outros três? A resposta parece ser sim...e ele seria a mercantilização da economia.

⁶ A análise que segue possui certa simplificação na medida em que nem todo o período feudal foi exatamente regressivo (vide Gaarder, 1995). No entanto, como esse não é o núcleo da questão em tela, permita o leitor a generalização que se seguirá, uma vez procedida essa advertência.

Enfim, o ponto a reter é que o objeto cidade não pode ser apreendido por sua forma e pelas funções que exerce, e sim pela sua natureza societária, reiterando, conferindo-se centralidade teórico-analítico à referida mercantilização – dados os elementos comuns supramencionados. Vale anotar, assim, que cidades são impensáveis sem a devida consideração simultânea e articulada de dois processos sociais⁷: o da existência de excedentes econômicos capazes de possibilitar a determinados indivíduos e grupos sociais reproduzirem suas vidas sem se ocuparem com a produção dos víveres necessários para esse fim, bem como de relações de poder que lhes assegurem ininterruptamente o acesso (apropriação) aos referidos excedentes. Desse modo, uma conformação societária como a que veio a ser apontada apenas pode existir na medida em que são consideradas as anotadas classes sociais, estruturas de poder e divisão social do trabalho e, decisivamente, algum desenvolvimento social capaz de possibilitar a geração de ganhos de produtividade para além das necessidades de seus produtores diretos.

É fato que a dimensão mercantil parece ausente na análise imediatamente precedente – em verdade, ela apenas será mesmo evidente no próximo passo analítico. No entanto, mesmo atendo-se tão somente ao plano estritamente lógico, observe-se que a sistemática geração e apropriação de excedentes econômicos, e tanto quanto mais essas avancem, especialmente a primeira, daí resultarão trocas, mercado e dinheiro. Exemplificando com o caso do Império Romano, é inescapável admitir que ele não teria como se manter, e por tanto tempo, sem as referidas geração e apropriação de excedentes econômicos – de início apenas no campo e depois no âmbito da própria cidade. Assim, embora de maneira incipiente face o capitalismo, é meridianamente claro que (o poder e) a mercantilização foi essencial ao tecido social em tela. Ou seja: à estruturação das grandes cidades da Antiguidade Clássica, Roma à frente.

Ainda sobre a natureza das cidades, mais uma vez no plano da análise lógico-histórica, logo, desconsiderando recortes geográficos específicos e datações históricas, em vista da apartação entre

⁷ Senão desde sempre, pelo menos a partir do momento em que ganharam forma mais acabada. A análise desenvolvida neste e no parágrafo que segue é plenamente devedora do trabalho de Singer, 1987, págs. 9-28.

reprodução material da existência e produção dos víveres necessários ao alcance desse fim, advém então que, por vontade própria, por constrangimentos sociais ou ainda pelo uso da força (vide o escravismo romano à guisa de exemplo), os indivíduos, em sua maioria, tenham se dirigido (melhor, fossem dirigidos) ao espaço urbano, assim adensando-o.

Tampouco surpreende que, em uma sociedade configurada dessa maneira, enquanto construto do pensamento (insistindo), as lutas territoriais, com anexação das populações derrotadas, viessem (terras e pessoas) a se constituir no fundamento do poder e, passo seguinte, implicassem no estabelecimento de importantes relações extra-citadinas. Por fim, sublinhe-se que em uma sociedade como essa (idem), onde a produtividade do campo garante sua existência em vista da apropriação regular dos excedentes econômicos ali produzidos, ela viesse, no tempo, a alcançar uma dada e complexa divisão social do trabalho em seu próprio âmbito.

Avançando a análise. Devido à divisão social do trabalho e à produção de excedentes econômicos resulta também “natural” que avançassem as trocas entre aqueles que produziam e/ou se apropriavam dos excedentes alheios, fenômeno esse que, por sua vez, desdobrar-se-ia na “produção” do lugar e instituição chamada mercado. Ainda que: considerada a crescente complexidade de uma sociedade desse tipo (em estruturação, mas aqui apenas enquanto concreto pensado), ela viria a demandar um equivalente universal de sorte a viabilizar as trocas de bens e serviços tão díspares, sob pena de obstar seu ulterior desenvolvimento. É assim que entra em cena, finalmente, outra vez lógica e imperiosamente, senão o dinheiro em toda sua inteireza, pelo menos enquanto um proto-dinheiro (como logo se esclarecerá). Ora, este é tipicamente o caso da sociedade romana do início da chamada era cristã. Conquanto assentada no escravismo, havia ali uma série de elementos comuns à sociedade burguesa, com destaque para sua face crescentemente mercantil. O que se está (mais que) sugerindo é que se no capitalismo o conjunto dos elementos comuns tanto à sociedade escravista romana quanto à feudal nele também se fazem presentes, ainda que com suas especificidades, o que decisivamente o singulariza, além das ordens de grandezas que

distinguiam a sociedade romana da feudal, é a inequívoca e espetacular prevalência hierárquico-teórica da mercantilização.

Mais detidamente, deixando de lado as comunalidades, pode-se dizer que o capitalismo retoma expressões da sociedade romana, por suposto tudo elevado à enésima potência, tais como: a de um gigantesco adensamento populacional citadino, posto lhe ser a vida urbana imprescindível (mercado de força de trabalho, mercado de consumo, mercado de matérias-primas); a das inúmeras e amplas relações estabelecidas com o mundo externo na medida em que o capitalismo em vista da sua lógica de funcionamento, a da valorização do capital, é naturalmente expansivo, inclusive no plano espacial; e a da busca, em coro com o que veio de ser anotado, por expandir seus limites territoriais, em parte pela questão do mercado e em parte pela questão do poder.

Quanto à questão das capturas populacionais, por conta do ideário burguês da liberdade, com esse modo de produção resulta evidente que as formas pretéritas não se mostra(va)m as mais adequadas...pelo menos do ponto de vista doutrinário. Todavia, o mais importante mesmo é que o capitalismo logo tratou de capturar a classe trabalhadora em seus corações e mentes, transformando-a em mercadoria, assim dispensando, para efeito da sua reprodução ampliada, o uso material do chicote – o que não significa que ele não possa ser visto em pleno uso em dados tempos e lugares, inclusive nos dias atuais.

Sobre esses fatos e processos se erige de maneira fundante a mercantilização ensaiada no império romano, desaparecida durante o período feudal e retornada de maneira transformada e dominante com a sociedade do capital, daí derivando que o exercício antes formulado desconstrói sentidos comuns acerca do objeto cidade; quais sejam: aqueles que a naturalizam, esquecendo-se que elas são definitivamente uma construção humana. De maneira mais detida: um produto sócio-histórico nos quais suas marcas e significados são visíveis – mas lamentavelmente apenas para os que rompem com a referida percepção naturalizada⁸.

⁸ Dizendo de maneira diversa: cidades não podem definitivamente ser apreendidas: por sua paisagem, clima, relevo, etc.; tampouco pela profusão de morfologias nelas presentes; como também não podem sê-lo pela existência em seus domínios de dadas

Finalmente, em vista dos desenvolvimentos analíticos anteriores, são plenamente verazes as seguintes assertivas: a de que “(a) constituição da cidade é ao mesmo tempo uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção” (Singer 1987, p.15) e, conseqüentemente, também a de que o capitalismo resgata tanto as comunalidades gerais existentes entre os dois modos de produção trazidos à reflexão ao início deste artigo (classes sociais, divisão social do trabalho e estrutura de poder) quanto eleva exponencialmente o que distinguia o primeiro (por conta do seu grau de mercantilização) em relação ao segundo. Portanto, em plano analítico amplo, outra vez em coro com Gonçalves (1997, p. 67), o que se está dizendo é que as cidades não podem ser tomadas como objetos em si, “mas [sim] como expressões particulares (...) de um dado processo de desenvolvimento” – e, no que interessa a este trabalho, o capitalista.

3 Cidade, urbanização e capitalismo – uma sucinta e focada análise histórica

3.1 As cidades – um sucinto resgate histórico

Como o capitalismo surgiu no entorno do ano de 1770, com o advento da Primeira Revolução Industrial, em vista da análise desenvolvida na primeira seção, pode-se asseverar que o fenômeno cidades é a ele anterior. De outra forma: as cidades não são invenções do modo de produção em tela. Também é fato histórico que, com o advento do Feudalismo, assentado em estruturas sociogeográficas encapsuladas (autossuficientes), houve significativa regressão da vida urbana ensaiada no período imediatamente progressivo, em especial no espaço romano. Mas o que especialmente importa para esta discussão é que, a partir dali, com a emergência do feudalismo, o vigoroso dinamismo das cidades, tendo como caso exemplar o de Roma, foi

densidades populacionais; ou ainda por serem espaços nos quais há atividades a exigir determinada divisão social do trabalho; etc. (cf. Singer 1987, p. 137) – o que está longe de dizer que esses aspectos, todos eles, deixem de concorrer para a complexa configuração da vida urbana.

sustado⁹. Isso posto, sublinhe-se que as cidades em regressão durante cerca de dez séculos ressurgem exatamente quando do avanço das relações mercantis; a saber: no período que se estende aproximadamente do século XV ao XVIII – que Marx, em esforço de síntese analítica e conceitual, denominou Acumulação Primitiva¹⁰. E mais: que com a referida retomada, elas, as cidades, e as relações mercantis alcançaram seus auge exatamente quando da afirmação do capitalismo (pós-1770). Portanto, é inteiramente pertinente afirmar que existe forte correlação entre esses fenômenos históricos. Vale dizer: (entre) avanço das relações mercantis, capitalismo e cidades (e urbanização).

Em verdade, generalização das relações mercantis e capitalismo são apenas as duas faces de uma mesma moeda na medida em que as primeiras, mesmo sem qualquer apelo à história, portanto logicamente, suscitam de *per se* mercado, concorrência, preços, trabalho humano abstrato, capital, apartação social (capital e trabalho) e valorização do capital (POSSAS 1987; MARX 1968). De outra maneira: é logicamente, como também o é em termos históricos, impossível pensar uma sociedade generalizadamente mercantil que não seja a capitalista. E as cidades? Como diz Cardoso de Mello (1994), ou o capitalismo nascia urbano ou não nascia. Observe-se a respeito o cercamento das terras na Inglaterra e a conseqüente constituição de um mercado de trabalho e de consumo em moldes capitalistas num mesmo e único movimento (histórico), o que, naquelas condições, impôs o relativo esvaziamento do campo e, por causa, o “nascimento” ou o crescimento do pretérito espaço urbano.

Como já se anotou o fenômeno social cidade data embrionariamente dos anos 9 mil a.C., registra avanços nos anos 5 mil a 4 mil a.C. e se mostra uma efetiva concreção histórica a partir do século VI a.C. Também como anotado: se cidades existiram antes do capitalismo, com ele suas marcas (nelas) se tornaram visíveis. Isso porque esse modo de organização da vida social delas se apropria, transformando-as, no limite, em mais uma das suas formas de

⁹ Não que todas as cidades pregressas tenham desaparecido; mas sim que elas experimentaram então esvaziamento – embora, de fato, algumas em graus elevadíssimos. Em complemento, vide nota sete.

¹⁰ Vide a respeito Karl Marx 1968, Livro I, Capítulo XXIV de O Capital.

existência. De outra forma: as relações generalizadamente mercantis próprias do capitalismo se tornaram uma espécie de segunda natureza das cidades, o que evidentemente obsta as potencialidades inerentes às subjetivas trocas vivenciais que elas, mais que qualquer outra construção humana, poderiam propiciar na medida em que são objetivadas no dinheiro que a tudo iguala. Logo, o que passa a contar não é o ser, e sim o ter. Por conseguinte, não surpreende que na cidade, o lugar por excelência do capitalismo, os encontros sociais sejam recorrentemente tensos, posto que “atravessados” pela competição, pelo dinheiro e pelos apreçamentos lhes são imanentes (FUSTEL DE COULANGES 2009; VAINER 2009). Isso posto, cumpre assinalar que, nesta seção, a reflexão ocupar-se-á fundamentalmente das cidades capitalistas (e de maneira bastante determinada). Como segue.

3.2 As cidades capitalistas

Pode-se afirmar que *as primeiras cidades* a serem consideradas são aquelas que se destacaram enquanto berço da experiência burguesa originária, a saber: as inglesas Manchester e Liverpool. O que equivale a dizer que elas foram os lugares pioneiros das instalações e dos capitalistas industriais (e dos trabalhadores assalariados, claro), bem como da estruturação espacial organizada sob a sua lógica. Tendo em vista a farta análise já elaborada sobre esse momento e experiência histórica (Dobb 1971; Hobsbawm 1977), dado o caráter pioneiro dessa revolução burguesa, também é possível afirmar que essas cidades (industriais) em seus traços gerais, porém especificados ou mesmo singularizados face o ordenamento da valorização do capital, expressavam: a) uma configuração transparentemente reveladora das suas classes polares, a dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados; b) uma divisão social do trabalho modesta em vista da que estava por vir nas subseqüentes etapas capitalistas, mas extremamente desenvolvida face às que lhe foram anteriores; e, c) um Estado ainda em gestação eivado pela doutrina liberal e com imbricações evidentes face os interesses do nascente capital.

Por sua vez, conquanto embrionária, essas cidades também expressavam marcadas diferenças¹¹ diante das duas grandes sociedades que lhes foram anteriores: i) com seus crescentes adensamentos urbanos por conta da utilização de seu braço armado, o Estado, para efeito da promoção do esvaziamento do campo rumo a elas, cidades, afora contar com suas “luzes” para também logrã-lo; ii) com a expansão de seus negócios mundo afora, dada a natureza expansivo-valorizativa do capital que as empalmava e lhes dava sentido, levando assim à ampliação de suas relações externas; e iii) com sua ampliada mercantilização, então sob a égide do capital industrial.

Portanto, essa cidade, a industrial, tanto expressava os atributos próprios de uma sociedade de classes, como também os imanentes às sociedades mercantis, mas ampliadamente frente os vigentes na antiga Roma; no entanto, como apontado por Cuervo e Jaramillo (1990), seu concreto raio de ação em termos espaciais era relativamente limitado quando comparado com as sociedades capitalistas das etapas posteriores:

tratam-se [,enfim,] *de aglomerações relativamente compactas* [destaque nossos – J.N. e E.S.] nas quais a distribuição espacial dos grupos e das atividades segue um esquema (...) de segregação socioespacial cujo eixo é a estruturação de preços do solo urbano (CUERVO & JARAMILLO, 1990, p. 106).

Em adição, pode-se dizer que a anotada compactação espacial do tecido social urbano era não apenas “produto” histórico, mas também requerimento indispensável do capitalismo daquele tempo, posto que, sem ela, a destruição massiva da força de trabalho assalariada seria bem mais que uma possibilidade. De outra forma: dado que a acumulação capitalista de então estava assentada na mais-valia absoluta, com dilação da jornada de trabalho e intensificação da mesma, evidentemente na ausência da provisão de serviços de uso coletivos de então, destacando-se a de transportes, a ampliação do espaço urbano industrial tenderia a rebaixar para níveis inadequados a produtividade da referida força de trabalho. Nesses termos, tanto a anotada mais-valia absoluta quanto a falta de oferta da provisão em questão revelavam não apenas parcela da violência perpetrada sobre a classe trabalhadora

¹¹ Diferenças de diversas ordens: ora de grandeza (grau de mercantilização) e ora de natureza (classes sociais e lógicas de funcionamentos societários distintos).

nascente, mas também o quanto a novidade de ser classe trabalhadora assalariada, com sua evidente desorganização social, mas por causa, operava decisivamente para a adequada lucratividade empresarial de então.

Vale aqui fazer uma adição final (neste movimento analítico): a segregação sócioespacial, cujo eixo é o preço da terra, já apontava, nesse tempo histórico, seja para a importância do papel do Estado seja para a chamada dinâmica imobiliária. De outra forma: a discussão em exame se mostra no mínimo incompleta sem o registro do temário violência institucionalizada do Estado para efeito da apropriação fundiária (e ulteriores dinâmicas imobiliárias) e a conseqüente constituição e segregação da população em geral e, em especial, da força de trabalho assalariada. Não obstante, as questões ora assinaladas apenas foram concreta e definitivamente “resolvidas” (para o capital) em etapas subseqüentes do modo de produção em exame...vide as análises seguintes.

O *segundo bloco de cidades* a considerar é o das que emergiram com centralidade para o mundo durante a chamada segunda revolução industrial; ou seja, as da Alemanha, Itália, Japão e, sobretudo, as dos Estados Unidos da América (dentre outras). Se as cidades anteriores eram cidades industriais compactadas que articulavam as atividades comerciais e as de serviços, bem como concentravam os trabalhadores fabris, as desse novo tempo histórico, embora continuassem sendo as da indústria produtora de bens de consumo, exemplificada pela têxtil, passaram a ser, distintivamente, as da grande indústria de bens de capital com suas escalas de produção e tamanhos incomparavelmente maiores face às cidades anteriores, e ainda as das instituições bancário-financeiras com suas bolsas de valores e mercados de capital. Nesse contexto, a cidade desta etapa, que pode ser teoricamente apreendida pela categoria capital financeiro (Hilferding, 1963; Hobson, 1983), a forma mais avançada e abstrata de existência de capital desse tempo histórico, não poderia senão ampliar: seu adensamento populacional, suas lutas expansionistas (Lenin 1985), suas relações externas (em regra, extremamente conflitivas com as economias/países com os quais concorria) e, claro, sua mercantilização.

Contudo, como em qualquer cidade capitalista, lá estavam presentes as classes sociais polares desse modo de produção, uma dada

estrutura de poder – materializada no Estado burguês – e uma também dada divisão social do trabalho. Porém, conquanto o corte capitalistas versus trabalhadores assalariados continuasse decisivo, tanto uma quanto a outra classe apareciam no espaço social mais diferenciadas em relação a seus precedentes padrões de referência. Afinal, nem todo capitalista era um capitão de indústria, como em algum momento se chegou a dizer, e nem todo trabalhador estava vestido de macacão e sujo de graxa. Ademais, ao lado da diversidade de classes (ou por conta) em tela, outras complexidades societárias passavam a definir o tecido social urbano por conta da sua extraordinária mercantilização e, nesse contexto, das necessidades do avanço da máquina burocrática e militar do Estado. Enfim: tecido social cada vez mais complexo e mesmo nuançado...face os “padrões” classistas anteriores.

Mas as complexidades societárias não paravam por aí: apesar das diversas manobras diversionistas então acionadas, como a do nacionalismo (defesa do mercado nacional para as grandes empresas do país), a classe trabalhadora avançou sua presença na sociedade...e nas cidades em expansão.

Do exposto, para efeito deste trabalho, vale aprofundar um pouco mais a análise da discussão sugerida por Cuervo e Jaramillo acerca do fenômeno região metropolitana e suburbanização em sua interação com a chamada reprodução da força de trabalho. Embora longe de querer (e poder) esgotar este assunto nos limites destas páginas, há, pelo menos, um aspecto decisivo a considerar para maior clareza do que então estava em jogo; a saber: a expansão ou reconfiguração urbano-espacial (HARVEY 1990) em tela, em que pese a maior organização e capacidade de luta dos trabalhadores, demarca uma extraordinária vitória do capital. Explicando: para além da existência do capital financeiro e do crescente avanço da produtividade social do trabalho, fontes extraordinárias de recursos para a referida expansão, bem como para a provisão dos meios de uso coletivos, esse tempo histórico demarca também, e decisivamente, frentes extraordinárias de aplicação de capitais em negócios fundiários, imobiliários e na própria oferta dos chamados serviços de uso coletivo. Mais detidamente: ele chama atenção pela extraordinária imbricação existente entre Estado e esses negócios que, em síntese, colocaram definitivamente a termo o longo

processo histórico de luta pela apropriação do solo, seja ele o rural, seja ele o urbano (ENGELS, 1972).

Nessas condições, a classe trabalhadora foi fragorosamente derrotada, em que pese a provisão da oferta dos anotados meios de uso coletivo, e por causa, posto que sua própria produtividade social, então apropriada mais generalizadamente sob a forma de mais relativa, afora potencializar a acumulação de capital e financiar os gastos capitalistas, a constituía pelo menos em parte como consumidora e/ou compradora dos novos empreendimentos (residências, serviços em geral) – não fora suficiente, ela passava aí a distar, segregada e cotidianamente, enquanto “classe perigosa”, do centro supervalorizado ocupado pelas elites da época. Em suma: naquele contexto societário, a forma mais-valia relativa (que reduz a jornada de trabalho) e a provisão de transportes, etc. (dado o maior espaçamento da vida urbana) foram na realidade “vitórias de Pirro” da e para a classe trabalhadora!

O *terceiro bloco* diz respeito às cidades em geral (dos países centrais, por suposto), no contexto da atual etapa de internacionalização do capital iniciada em meados dos anos 1970. Nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, sintetizada na categoria capital financeirizado, na qual passam a prevalecer os interesses financeiros sobre os da geração de riqueza real (BRAGA 1993; MINSKY 1994; CHOMSKY 2000): a) as cidades continuam sendo constituídas pelas classes sociais polares do modo de produção capitalista, mas concreta, teórica e conceitualmente tornadas ainda mais complexas face o período precedente em vista da diversidade de situações ocupacionais e das atividades em curso (nesses casos, das geradoras de riqueza real e também das fictícias, conforme a definição de Hilferding); b) as cidades continuam sendo lugares por excelência da divisão social do trabalho. No entanto, parece inquestionável que elas estão vivendo seu momento mais patente e deslumbrante no que trata dessa divisão. Exemplifica o anotado o fato de produtos e mais produtos reunirem em si trabalhos oriundos de diferentes profissionais e atividades, e de diversas partes do mundo (sendo produzidas e/ou circulando em seus espaços citadinos); e c) que, nesses termos, as cidades tornaram-se lugares sobre os quais incidem feixes societários oriundos de todos os cantos do planeta, distinguindo-se, assim, quantitativa e qualitativamente de todas as que as precederam.

Duas outras dimensões merecem registro, a saber: d) quanto à questão do poder, parece haver consenso entre os analistas críticos que as cidades contemporâneas expressam largos afastamentos de seus compromissos dos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945–75); e, e) quanto ao aspecto avanços mercantis, também não resta dúvida que eles são incontestes no âmbito das cidades desta nova modernidade. A segunda natureza antes apontada é válida praticamente “urbe et orbi” nos dias de hoje. Fora da objetivação e quantificação definida pelo dinheiro praticamente não há espaço para intersubjetividades, valorações alternativas ao que deveria ou poderia ser a vida...em especial, por suposto, nos espaços urbanos nos quais a vida humana contemporânea em sua larga maioria acontece.

E nesse contexto cabe aprofundar um pouco mais a relação desses fenômenos com a população dessas cidades (como, aliás, no limite, de qualquer outra cidade capitalista). É fato que há notável desruralização do mundo, como ensina Wallerstein (2000); é dizer, crescente importância das cidades quer para a valorização do capital quer para a reprodução societária da sua ordem. Nesses termos, elas são infinitamente mais importantes que o campo, bem como gigantescas quando comparadas às cidades das etapas anteriores do desenvolvimento capitalista. No entanto, também parece evidente que independentemente da discussão se as grandes capitais do capital aumentaram ainda mais em número e tamanhos, dando saltos (ou não), é fato que elas vêm experimentando importantes transformações, a saber: deixaram de ser as capitais da produção passando a ser as capitais da gestão (por conta da desconcentração propiciada pelas novas tecnologias etc.), bem como deixaram de ser os lugares, por excelência, da preocupação com a reprodução da força de trabalho, mais uma vez por conta das novas tecnologias, tanto poupadoras de mão de obra quanto exigentes de pessoal mais qualificado em franca concorrência e disponibilidade, como ainda pela própria dinâmica econômica a cada dia mais orientada para a especulação que propriamente para a produção e a consequente geração de postos de trabalho (EATWELL, 1996).

Mas não apenas: elas também deixaram de ser os lugares que, por conta da relativa centralidade da classe trabalhadora, seja como força de trabalho seja como mercado de consumo, impunham-se dadas ofertas de bens de serviço coletivo via Estado Providência. Pelo menos em parte

isso assim ocorreu em vista das transformações operadas ao nível produtivo (com a crescente customização), da diferenciação dos padrões de consumo que as acompanham e das exigências da eficiência econômica, no seu contencioso com o princípio da equidade, que ganharam corações e mentes de parcela da sociedade, penetrando inclusive e decididamente no âmbito do próprio Estado. Ademais, as grandes cidades subjacentes à análise ora empreendida deixaram de ser os lugares (exclusivos) para onde todos convergiam, e nos quais a segregação urbana era traço distintivo. Não, agora, sem prejuízo do seu avanço nos espaços das referidas grandes cidades, ela também se estendeu para todas as demais, inclusive as menores. Mas os problemas não param por aí. Se parcela das subclasses “criam raízes” em dados lugares, não é menos verdade que outra (parcela) migra buscando novos eldorados, disseminando territorialmente, no contexto em tela, problemas sociais de toda ordem.

Por fim, face o exposto, parece a cada dia mais evidente que as potencialidades do desenvolvimento humano, através das relações interpessoais que as cidades poderiam permitir, vêm se mostrando seu reverso; ou seja, lugares nos quais o que se desenvolve é o cotidiano alienante e a miséria intelectual (VAINER, 1998). É por conta do que veio a ser enunciado que se mostra imprescindível examinar as concepções de cidade do pensamento atualmente hegemônico – como segue.

4 Cidade e capitalismo: alguns debates contemporâneos

É fato que a cidade constituída pelo capitalismo em sua primeira fase era a industrial, sendo que às maiorias populacionais que para ela acorriam reservavam-se condições de vida as mais terríveis e cruéis (ENGELS 1986). Ambientes de trabalho insalubres e de elevada periculosidade, baixos salários, longas jornadas de trabalho, péssimas condições de alimentação, total ausência de proteções sociais, etc. eram expressões das anotadas condições de vida. Havia ainda uma dada segregação urbana, que por conta do preço da terra (em alta), levava os trabalhadores a terem que buscar suas moradias a alguma distância dos núcleos industriais. Mas, se a segregação estava posta, assim como o afastamento assinalado, naquele contexto histórico eles eram ainda relativamente limitados (CUERVO & JARAMILLO, 1996). Nessas condições

históricas, tudo isso refletia evidentemente os limites que estavam colocados para a acumulação capitalista; é dizer, desde os relativos à extração de mais-valia, ainda assentada na intensificação e extensão da jornada de trabalho (absoluta), até aos da necessidade de certa proximidade física do exército industrial ativo e de reserva de força de trabalho (de seus locais de trabalho). Nesse sentido, a cidade era palco, expressão social e parte integrante (vide a questão preço da terra e a de localização industrial) das transformações capitalistas daquele momento histórico.

Também é fato que a cidade que vai sucedê-la, a da passagem do século XIX para o XX, não é mais teoricamente a do capital industrial, e sim a do capital financeiro; e que, em sendo assim, quando se tem em conta as expressivas mudanças tecnológicas dessa época (assentadas na química e na eletricidade), seu potencial de valorização capitalista se mostra infinitamente maior que o vigente na etapa anterior. É dessa maneira que essa nova realidade passa a exigir uma ocupação mais intensa do centro das grandes cidades (leia-se: Europa, Japão e EUA), com o estabelecimento de uma rígida segregação urbana (LAGO, 2007). E é ainda no seu bojo que tem início o processo que resultará nas chamadas regiões metropolitanas e nas conseqüentes suburbanizações. Numa frase: o raio espacial de operação do capitalismo em sua feição urbana se amplia extraordinariamente face o vigente na fase precedente. Mas esse fenômeno, que sublinha o afastamento agora para valer do trabalhador do seu local de trabalho, colocava na ordem do dia uma nova demanda social: a da necessidade de atenção com a chamada reprodução da força de trabalho – dada a maior organização lograda pela classe trabalhadora. A provisão dos serviços urbanos de uso coletivo é uma das expressões/resposta do que ali aconteceu (vide a seção 3).

Igualmente é fato que há notáveis transformações a partir de meados dos anos 1970. Os sinais delas são os mais variados; no entanto, dentre outros, pode-se mencionar as novas tecnologias da informação (COUTINHO, 1992), a crescente aplicação especulativa da riqueza capitalista nas suas formas mais líquidas (financeiras) (BRAGA 1993; MINSKY, 1994 e 1996) e o abandono do Estado das suas anteriores responsabilidades públicas (CARDOSO DE MELLO, 1998; LIMOEIRO-CARDOSO, 2000). E as cidades? Nesse contexto, elas, reiterando,

enquanto palcos, expressões e partes integrantes do processo de valorização do capital, passaram evidentemente a patentear a nova situação. Ou seja: uma correlação de força inteiramente desbalanceada entre os interesses prevalecentes do capital face os das maiorias populacionais que nelas habitam. Mais detidamente: a cidade na qual era visível a preocupação (nada ingênua e desinteressada, por suposto) com a reprodução dessas maiorias, notadamente da população trabalhadora, expressa em políticas públicas orientadas para o provimento de serviços públicos urbanos de uso coletivo, vai deixando de sê-la. É dizer: a cidade do capital crescentemente financeirizado, que eleva à enésima potência seu caráter mercantil, reorienta sua relação com os cidadãos urbanos e o próprio espaço citadino.

Frases do tipo *a cidade quer* ou *a cidade deve* são bem emblemáticas dos novos tempos. Vale observar que elas cumprem papéis decisivos enquanto formas através das quais as lutas discursivo-hegemônicas se apresentam. Afinal, a cidade-sujeito que quer se desenvolver e que para tal deve criar condições para o capital é diferente de dizer que ela deve se curvar aos grandes negócios especulativos e típicos do chamado empresariamento urbano (COMPANS, 2001; NOVAIS, 2010). É assim que se vai tornando hegemônica e “naturalizada” a suposta associação entre desenvolvimento urbano e alteração das legislações urbanísticas e até mesmo das trabalhistas – em ambos os casos para gáudio dos capitais imobiliários e financeiros! Se o que corre junto com os planos estratégicos de cidades e de eventos esportivos, e os espetáculos festivos programados pela chamada indústria do entretenimento são as provas cabais do que veio de ser apontado, a literatura passou a ser pródiga em análises e propostas sobre a necessidade das cidades se adequarem aos novos tempos caso queiram ser competitivas (sic)!

É assim, como mostra o professor Brandão (2007)¹², que elas se sucedem e, por suposto, dados os interesses aos quais se vinculam, ganham centralidade midiática e acadêmica¹³. Avançando a análise, mas sem esgotá-la, em coro com esse autor, vejam-se alguns exemplos: para Sassen, as cidades mundiais (para muitos certamente o objetivo a alcançar...) seriam “metrópoles que estão no topo da rede urbana

¹² Vide especialmente as páginas 40–42.

¹³ Neste caso, vide Chomsky (2000).

mundial e que concentram os terciários avançados, as grandes corporações, os centros de tecnologia, cultura e ciências, etc.” (BRANDÃO, 2007, p. 42); para Scott *et al*, as cidades–região seriam “aglomerações urbanas (...) aptas a terem conectividades com os fluxos econômicos mundializados, sendo dotados dos requisitos para se transformar em plataformas competitivas e atores políticos decisivos na disputa pelos mercados globais” (BRANDÃO, 2007, p. 42); e, para Borja e Castells, os Planos Estratégicos seriam uma “grande operação comunicacional, um processo de mobilização” (trecho retirado dos autores em questão), “com o fim não declarado de tratar a cidade ou região como uma mercadoria, dotada de boa imagem, símbolo ou marca, a ser ´bem vendida´ no mercado mundial, isto é, ter alta atratividade de capitais” (BRANDÃO 2007, p. 41).

Há, enfim, muitos textos escritos sobre o que são (Sassen) e o que deveriam fazer as cidades, regiões, etc. para alcançar/participar do novo desenvolvimento. E neles a cidade ora é sujeito, ora é objeto, ora é mercadoria e ora é pátria (posto que invocada civicamente). É assim, ainda, que nesse caldeirão ideológico o novo “mainstream” postula a defesa ou a construção de lideranças firmes e comprometidas com os novos tempos de sorte a levar adiante, sem titubeios, a proclamada (e suposta) única alternativa de desenvolvimento disponível (VAINER 1998)! Para tal, ver a respeito o clima de euforia nacionalista que é criado quando dos chamados megaeventos e o alheamento relativo, nas análises e discursos, dos verdadeiros “donos do jogo” – os que operam os negócios financeiros e imobiliários.

Assim sendo, quebrada a espinha dorsal do Estado e também a de seus anteriores projetos nacionais de desenvolvimento, bem como de seus compromissos do período da “pax” capital–trabalho, resta, enfim, “descer” nos lugares concretos, as cidades, e moldá-las, as que interessam, aos seus negócios. Nesses termos, preço da terra revisitado sim, reprodução da força de trabalho não! Essa parece definitivamente ser a nova modernidade: voltar a triturar gente como na primeira revolução industrial. A atual configuração capitalista parece ser uma espécie de vingança do capital contra todos aqueles que ousaram questioná-lo na fase anterior, notadamente os trabalhadores mais organizados – mas também todas as demais minorias.

Enquanto os intelectuais orgânicos do capital se debruçam sobre a agenda anterior, há outros que tratam de evidenciar os verdadeiros desdobramentos ou expressões societárias em curso nas cidades ditas mundiais. Vide a análise que segue. Poder-se-ia começar esse processo de desnudamento com as clássicas expressões do âmbito da *economia*, tais como: o baixo crescimento econômico médio dos últimos 30 a 40 anos; a piora da distribuição da renda; o problemático, para dizer o mínimo, desemprego; a brutal elevação da dívida pública dos Tesouros Nacionais (com uma ou outra exceção), dado o garrote das dívidas mobiliárias e das diversas “bolsas” concedidas aos muito ricos, sob a forma de subsídios, créditos especiais, etc., configurando-se, assim, uma extraordinária renúncia fiscal; o corte dos gastos públicos, em especial os de natureza social. Mas se essas são as implicações mais conhecidas, há aquelas que, em regra, não o são (pelo menos tanto), como as que sucintamente serão em seguida examinadas: as sociais, as políticas, as culturais e as espaciais¹⁴.

No que diz respeito às *expressões sociais*, é comum a altos executivos de grandes empresas demonstrarem profunda insensibilidade com os problemas do mundo e entenderem-nos como efeitos colaterais da inevitável busca da eficiência (meios) e da eficácia (resultados) econômica. Também é comum, em desalento ou cinismo, até mesmo intelectuais qualificados dizerem que a luta dos dias de hoje é a de buscar ser pelo menos explorado (sob a pena de exclusão social). Seria isso ou o desemprego e, é trivial, ainda são incensados pelos homens e mulheres do mercado ao falarem coisas desse jaez! Talvez seja para não criar mal-estar que deixam de mencionar que mesmo na condição de empregado o desalento e a inquietude não abandonam o cotidiano do trabalhador. Não fora bastante, como anota o autor em tela, os ricos americanos não querem pagar impostos, participar da política e ainda ficam de costas até mesmo para seu país. A única coisa que cresce, além da evidente e perversa insensibilidade social, definitivamente, é a camada dos muito “ricos” e a dos muito “pobres”.

No que diz respeito às *expressões políticas*, este novo capitalismo, governado por uma classe capitalista com raio de atuação espacial inaudito no mundo (sem aderir aqui à tese globalista) (IANNI

¹⁴ A análise que segue nos próximos quatro parágrafos é inteiramente tributária de Martins, C. E. (2000).

1992), tratou e vem tratando de operar: para o esvaziamento do Estado em termos de recursos, poderes e funções que não sejam aqueles que atendem seus interesses econômicos; para a obsolescência da democracia; e para o desmoronamento dos partidos políticos¹⁵. Já no que diz respeito às *expressões culturais*, como mais uma vez anota Martins (1996, p. 14), “(...) na análise da questão social em toda sua amplitude, não podemos nos limitar às situações de pobreza e exclusão circunscrita ao campo da vida material”, na medida em que o novo ordenamento capitalista também opera, e radicalmente, para o posicionamento de dois processos regressivos: a miséria espiritual e a alienação intelectual. Segue o autor: “Os mecanismos de mercado desconsideram que os vínculos não econômicos, dos quais depende a organicidade da coexistência humana, são anteriores e irreduzíveis à linguagem dos interesses capitalistas” (MARTINS, 1996, p. 14). Essa nova conformação societária, por instinto de sobrevivência, acaba revigorando comunidades alternativas como o são as seitas religiosas, as tribos de jovens, as ONGs, as máfias, as torcidas organizadas de futebol. Mas o olhar crítico não tem como não deixar de entendê-las como expressões de uma humanidade decaída que a tudo atropela (valores, normas e instituições, dentre outras, nação, Estado e família).

Por fim, no que diz respeito às *expressões espaciais*, parece óbvio que ela também é excludente nesta dimensão. Como afirma o autor, “(...) a globalização é seletiva e polarizadora não apenas entre países, mas também entre regiões de um mesmo país ou zonas de uma mesma região” (MARTINS, 1996, p. 12). E mais: que “(...) a distribuição espacial da prosperidade é instável” (Idem). Em decorrência, ou é a condenação à lixeira planetária ou o temor dela. “Sua reação assume várias formas: a violência como meio de vida, a exploração de mulheres e crianças, o narcotráfico (...) o apelo irracional à identidade étnica e religiosa (...) o terrorismo fundamentalista (...)” (MARTINS, 1996, p. 13).

Vale enfatizar, neste ponto da análise que se mostra evidente que as expressões anteriores são atualmente perceptíveis em diversas partes do mundo, mas que elas também são inegavelmente cotidianas nas

¹⁵ “(...) dinossauros não são apenas os estadistas, os nacionalistas ou os socialistas: os democratas também viraram seres do passado e pregadores de antigos ideais (...). Onde nenhuma autoridade é soberana, a democracia – o regime da soberania popular – é (...) impensável” (Martins 1996, p. 19).

idades dos países centrais. A esse respeito vide o gravoso desemprego espanhol e grego, o aumento da população encarcerada nos EUA, o cinismo, ignorância e desprezo pelo outro próprio do cidadão médio estadunidense, a posição alemã no meio da crise que assola a zona do euro, os reiterados atentados terroristas, a proliferação de gangues protofascistas de toda ordem (filhas do preconceito e da ignorância)...

5 À guisa de conclusão

Em vista do exposto, de maneira bastante sucinta, é possível dizer que o presente trabalho: examinou o fenômeno cidade enquanto uma construção sócio-histórica, buscando assim evidenciar que nem de longe ele pode ser naturalizado; mostrou que esse mesmo fenômeno antecede o capitalismo, mas que com ele as cidades passaram a exteriorizar uma segunda natureza, transformando-se, assim, em mais uma das expressões, no limite, de existência do próprio capital; analisou as cidades capitalistas em seus três grandes momentos, a saber, os definidos pelas suas três grandes revoluções científicas e tecnológicas, mostrando o quanto elas acabaram por requerer e definir determinados tipos de cidades e de arranjos espaciais, bem como com a sociedade propriamente dita – notadamente com as maiorias populacionais; sendo que no que trata da última etapa, a que se encontra em curso, diferentemente das anteriores (as da primeira e segunda revoluções), apontou-se a monumental apropriação privada dos referidos espaços com a igualmente gigantesca desconsideração das anotadas maiorias populacionais (classe trabalhadora inclusa); mostrou-se, ainda, como passaram a ser pensadas as cidades pela intelectualidade orgânica do capital, como expresso em discursos, dentre outros, como os do empresariamento urbano e do planejamento estratégico (de cidade); também se mostrou, por fim, por uma lupa crítica, o quanto são perversas e mesmo assustadoras, sob qualquer que seja a perspectiva considerada (econômica, social, política, cultural), a realidade cotidiana e prospectiva das cidades dos países aqui em exame – isso para não falar, posto escapar ao propósito deste artigo, das da periferia do sistema capitalista (com seus históricos de “máquinas de produção” de perversidades sociais)...

Mas se o diagnóstico da realidade contemporânea da sociedade do capital está razoavelmente elaborado, seja pelos aportes desta reflexão seja pelos de inúmeros intelectuais críticos, brasileiros e estrangeiros, no que tange às cidades dos países centrais (o foco exclusivo deste artigo), também parece evidente a todos que ainda ficam indignados com a realidade em tela que é necessário ir adiante; ou seja, avançar para além do diagnóstico supramencionado de sorte a não se restringir à queixa ou à denúncia. De maneira mais cuidada: avançar no sentido da elaboração/adoção de uma práxis verdadeiramente insurgente é preciso. Para tal, pensa-se que a consideração do recorte cidade – cidade a cidade – é um bom ponto de partida. Afinal, a vida societária hodierna acontece fundamentalmente no espaço urbano, quando mais não fosse porque ele é o lugar por excelência do desenvolvimento capitalista. Nesses termos, sendo a cidade uma síntese de múltiplas determinações, mostra-se claro que a perspectiva transescalar deve participar, e decisivamente, da formulação a ser construída/levada adiante – e valorando as escalas intermediárias entre o local e o global, posto que elas ainda podem muito.

Por fim: uma vez que as anotadas cidades, sejam elas quais forem, possuem diversos lugares e que eles apresentam, em regra, certa homogeneidade socioespacial, não parece descabido retornar à discussão das classes sociais marxistas em sua expressão operacionalizável, as categorias sócio-ocupacionais/posição na ocupação, de maneira a mostrar que é essa inscrição no processo de geração e apropriação da riqueza que ao fim e ao cabo, explica as chamadas condições de vida, lugar a lugar. Dessa perspectiva, mais uma vez se suspeita que, além da produção de bons diagnósticos, é possível desvelar as tramas sociais (e suas escalas de interações) existentes em cada concreção espacial, assim possibilitando que a insurgência social possa caminhar junto com articulações mais planejadas sobre usos distintos do território face os do capital. Em que pese às possibilidades que nessa senda parecem existir, a análise efetiva desta *démarche* ficará para outra oportunidade...

REFERÊNCIAS

ARANTES, O., Vainer, C. & Maricato, E. *A cidade do pensamento único – desmanchando consenso*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRAGA, J. C. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 2 (1), 26–57.

Brandão, C. A. (2007). *Território e desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

CARDOSO, R. Para uma política social insurgente – um convite a espaço-reflexidade. *Pensar BH/Política Social*, 18: 5–11, 2007.

CASANOVA, P. G. (2000). Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: P. Gentili (Org.), *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (pp. 46–62). Petrópolis: Editora Vozes; e Buenos Aires, Clacso, 2000.

CHOMSKY, N. (2000) Democracia e mercados na nova ordem mundial. In P. Gentili (Org.) *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (pp. 7–45). Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires, Clacso, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.

COMPANS, R. *A emergência do empreendedorismo público na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CUERVO, L. M. & JARAMILLO, S. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino-americanos. In L. Valladares e E. Preteceille (Orgs.), *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Editora Nobel; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 1, (1): 69–87, 1992.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

Engels, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Global, 1986.

Eatwell, J. Desemprego em escala mundial. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 5, (6): 25–43, 1996.

FUSTEL DE COULANGES, N.D. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Claret, 2009.

GAARDER, J. *O mundo de Sofia – romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Gómez, J. M. Globalização da política – mitos, dilemas e realidades. In P. Gentili (Org.), *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (pp.128–179). Petrópolis: Editora Vozes; e Buenos Aires/Argentina, Clacso, 2000.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, D. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições de Loyola, 2006.

HARVEY, D. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madri/Espanha: Editorial Tecnos, 1960.

HIRST, P. & THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HOBBSBAWN, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSON, J. *A evolução do capitalismo moderno - um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

KREGEL, J. A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia das políticas nacionais. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 5 (7): 29-49, 1996.

LAGO, L. Segregação urbana e reprodução das desigualdades sociais: um estudo sobre os bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia/Uerj*, 7, (2): 236-242, 2007.

LENIN, V. *Imperialismo, fase final do capitalismo*. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1985.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In P. Gentili (Org.), *Globalização excludente - desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (pp. 96-127). Petrópolis: Editora Vozes; e Buenos Aires/Argentina, Clacso, 2000.

MARTINS, C. E. Da globalização à falência da democracia. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 5 (6): 1-23, 1996.

MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse, 1857–58)*. México, España, Argentina, Colômbia: Siglo Veintuno Editores (Volume 1), 1978.

MARX, K. & ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched Editorial, 1980.

MARX, K. A base da religião. In: *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa/Portugal: Biblioteca 70, 1976.

MELLO, J. M. C de. *O capitalismo tardio*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University, EUA, 1996.

MINSKY, H. Integração financeira e política monetária. *Economia e Sociedade (Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas)*, 3 (3): 21–38, 1994.

MOLINA A., N. & NEGRI FILHO, A. *Elementos filosóficos, programáticos y de la gestión para la formulación de planificación estratégica de ambito municipal orientado pelos derechos humanos* (comunicação pessoal, 7 de junho de 2013), 2013.

NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada Planejamento Estratégico – deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2010.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Revista Espaço & Debates*, 6: 36–54, 1982.

POSSAS, M. L. *Dinâmica da economia capitalista – uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, J.A.F. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26, (75): 27–55, 2011.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

TAVARES, M. C. e Fiori, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

VAINER, C. Cidade, cidadelas e a utopia do reencontro - uma reflexão sobre o urbanismo e a tolerância. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, 12 (1): 33-46, 1998.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Anais da ANPUR*, Rio de Janeiro, Maio-Junho:140-60, 2001.

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In P. Gentili (Org.), *Globalização excludente - desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (pp. 223-50). Petrópolis: Editora Vozes; e Buenos Aires, Clacso, 2000.

Submetido em 30/08/2013

Aprovado em 04/11/2015

Sobre os autores

Jorge Luiz Alves Natal

Professor - Associado (aposentado) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com bolsa de produtividade em pesquisa.

Endereço: Avenida Brigadeiro Trompowski - de 221/222, Galeão. 21941590 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Eduardo Navarro Stotz

Doutor em Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz.

Cidade e Capitalismo Centrais em tempo de “Globalização” – uma contribuição à crítica...

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – térreo – Manguinhos. 21041-210 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

E-mail: stotz@ensp.fiocruz.br.